



Anais da Assembleia

N.º 67

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 02 DE JUNHO DE 1977

ANO III

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 99ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 02 DE JUNHO DE 1977

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Rosário Pitelli, secretariada pelos Senhores Deputados David Federmann e Gilberto Carvalho.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Rosário Pitelli). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Rosário Pitelli) — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 63/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 48/77, ex-Proposição número 234/77, aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o município de Curitiba, objetivando a construção de seis (06) quadras destinadas à prática de desportos, em prédio de propriedade da municipalidade. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução número 63/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o convênio celebrado em 14 de outubro de 1976, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o município de Curitiba, objetivando a construção de seis (06) quadras destinadas à prática de desportos, em prédio de propriedade da municipalidade.

Art. 2º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1977.

(aa) Paulo Camargo - Presidente; Dácio Leonel - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição número 234/77

1 — Através da Mensagem Governamental número 48/77, de 04 de março de 1977, é encaminhado à apreciação desta Casa, o Convênio celebrado em 14 de outubro de 1976, pelo Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Educação e Cultura, com o município de Curitiba, objetivando a construção de seis (06) quadras destinadas à prática de desportos, em imóvel de propriedade da municipalidade.

2 — Cumpre, o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

3 — Da simples leitura do texto do tratado, depreende-se que trata-se de matéria de relevante interesse público, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

Pela aprovação, é o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

DÁCIO LEONEL — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Resolução número 63/77

O presente projeto de resolução, tem por finalidade o referendo desta Assembléia ao convênio celebrado nos termos do Art. 47, inciso IX da Constituição do Estado, entre o Governo do Estado e o município de Curitiba.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, apreciando a matéria opinou favoravelmente argüindo a competência do Executivo na celebração de convênios, com o referendo desta Assembléia.

Quanto à competência desta Comissão de Finanças para opinar, restrita ao aspecto financeiro, verificamos que o convênio está em condições de merecer a aprovação desta Assembléia.

Pela sua aprovação é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 03 de maio de 1977.

(aa) JOÃO FADEL — Presidente

GABRIEL MANOEL — Relator

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Parecer ao Projeto de Resolução número 63/77

1 — O presente projeto de resolução recebeu da Comissão de Constituição e Justiça parecer favorável, na forma do presente projeto de resolução, por não contrariar qualquer dispositivo legal e constitucional.

2 — Encaminhando à Comissão de Finanças, o mesmo não encontrou qualquer óbice que se antepusesse no aspecto financeiro.

3 — Quanto ao mérito, aspecto a ser analisado por esta Comissão de Instrução Pública, embora sentindo refugir à sua estrita competência, deve ser considerado de grande utilidade às práticas esportivas, pelo que opinamos favoravelmente à aprovação da matéria cuja discussão se propõe agora.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de maio de 1977.

(aa) WERNER WANDERER — Presidente

RENATO BERNARDI — Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Levanta-se a sessão.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA 100ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 02 DE JUNHO DE 1977**

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretária da pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Nelson Buffara.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulín, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes, David Federmann e Del Ciel (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência atende, e solicita do Sr. Primeiro Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de quorum.

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Procede a chamada dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — 25 Srs. Deputados responderam a chamada nominal, portanto há numero para o prosseguimento da sessão.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada em observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa. que após manifestação do Plenário, e nos termos do artigo 105 e seguintes do Regimento Interno, regime de urgência para a Proposição número 21/77, que trata da pavimentação asfáltica da estrada Cafelândia-Penha ligando à BR-369.

Sala das Sessões, em 02 de junho de 1977.

(a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, mui respeitosamente, requer seja enviado ofício, por esta Casa, ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, solicitando as determinações de Sua Excelência, no sentido de que seja feita a ligação asfáltica da Estrada Vila Nova até encontrar a Estrada Toledo-Assis Chateaubriand — para o que justifica ser Vila Nova um distrito de grande produtividade agrícola, necessitando de melhores meios de comunicação terrestre para o escoamento de sua produção — estrada essa que será de relevante importância no desenvolvimento da região.

Sala das Sessões, em 02 de junho de 1977.

(a) EGON PUDELL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer, ouvida a Casa, seja oficiado ao Senhor Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., no sentido de que determine a instalação de uma agência daquele órgão de crédito oficial, no Distrito de Santa Tereza, em Cascavel.

Sala das Sessões, em 02 de junho de 1977.

(a) ALFREDO GULIN

JUSTIFICATIVA:

Santa Tereza é um Distrito Judiciário-Administrativo, situado às margens da BR-277, entre os quilômetros 419 e 422, contando atualmente com aproximadamente 8.000 habitantes na sede, possuindo 3.200 eleitores.

Santa Tereza é um entroncamento rodoviário que liga Cascavel a Leônidas Marques, Cascavel a Céu Azul, Cascavel aos distritos de São Francisco, São Judas e São Pedro, pertencentes ao município de Toledo.

Santa Tereza possui só na sede 10 madeiras, além de comércio muito desenvolvido.

Tem procurado fomentar a sua produção agrícola dos chamados cereais brancos, contribuindo para aumentar as divisas do nosso país.

Enfim, os agricultores, comerciantes, madeiros de Santa Tereza, reivindicam este benefício que em muito contribuirá para a agilização do desenvolvimento daquela região.

Desta forma, solicitamos aos ilustres Pares o devido apoio e conseqüente aprovação do presente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Valter Pietrângelo, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Presidente do Tribunal de Justiça, solicitando àquela autoridade determinar ao Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Loanda, a imediata efetivação do competente Registro da propriedade denominada Fazenda Cubatão, remanescente final da Fazenda Boa Esperança, localizada no município de Santa Cruz do Monte Castelo.

Sala das Sessões, em 02 de junho de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

De acordo com declarações prestadas pelo Senhor Heitor Nóbile, proprietário da área nominada na súmula, o Senhor Onézimo Ferraz, titular do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Loanda, que jurisdiciona o município de Santa Cruz de Monte Castelo, NEGA-SE terminantemente a realizar o devido registro da escritura pública de venda e compra, referente ao domínio da citada gleba.

Alega aquele Oficial que "todos os pedidos de registro e transcrição de imóveis situados dentro dos limites em que houve desapropriação de terras pelo Estado, ou seja, dentro da Fazenda Boa Esperança, deveria o referido Oficial levantar dúvidas ao Juízo, atendendo "ofício" de número 336/66 de 01 de setembro de 1966, expedido pelo então Juiz de Direito Cyro Maurício Crema.

Ocorre que de tal "ofício" não consta assinatura daquele douto Magistrado e sua redação está repleta de erros e lacunas — principalmente no que tange ao aspecto jurídico —, o que provoca a suposição de ter sido forjado.

Das falhas, destaca-se o rodapé, assim redigido: "C/CÓPIA A CORREGEDORIA" (sic), e outras que não condizem com a linguagem oficial de nossa Magistratura.

O Senhor Heitor Nóbile, legítimo proprietário da área em questão, foi informado durante audiência com o atual Juiz de Direito da Comarca de Loanda, Doutor Onézimo Mendonça da Anunciação, da não existência do tal "ofício".

Diante de tal quadro, conclui-se que interesses outros, influem na atitude do titular do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Loanda, o que motiva a presente proposição que objetiva a necessária manifestação do Tribunal de Justiça do Estado, vez que urge o equacionamento do problema em tela.

Anexamos ao presente requerimento, um quadro sinóptico da evolução da titulação da denominada Fazenda Cubatão, remanescente da Fazenda Boa Esperança.

É de número 3.737 a transcrição do domínio de propriedade feita para Heitor Nóbile, pelo senhor Lourival Moro.

Porisso, requeremos ao Tribunal de Justiça do Paraná que determine ao senhor Oficial do Registro de Imóveis, da Comarca de Loanda, observar e cumprir a vigente Lei dos Registros Públicos, em toda sua plenitude.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI NÚMERO 63/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica reconhecida de utilidade pública a Associação de Pais e Professores "Vital Brasil", do Grupo Escolar Vital Brasil, com sede e foro em Vera Cruz do Oeste, no município de Céu Azul.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de junho de 1977.

(a) EGON PUDELL

JUSTIFICATIVA:

Como o próprio nome revela, trata-se de uma instituição que tem a finalidade de desenvolver uma aproximação mais íntima dos professores, pais e responsáveis pelos alunos, cooperando na integração destes no meio social e na integração da escola e da família na comunidade. Cabe-lhe, também, face a espécie, apoiar as campanhas levadas a efeito pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná, para o que destacamos a promoção de conferências, círculos de estudos, supervisão do material assistencial e do material destinado ao Programa de Alimentação Escolar, enfim, todas atividades que revertem em favor do educando, da escola, da família e da comunidade.

PROJETO DE LEI NÚMERO 64/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Passa a integrar a Jurisdição da Inspeção Regional de Ensino, sediada no município de Guarapuava, o município de Prudentópolis.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de junho de 1977.

(a) ARAGÃO DE MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

A estrutura da micro-região sediada em Guarapuava integra o município de Prudentópolis em todos os demais setores administrativos, ficando exclusivamente à parte, o setor educacional, cuja inspeção que o abrange, se encontra localizada em Irati.

É no município de Guarapuava, que se encontra a sede da Associação dos municípios da Região Centro Oeste do Paraná - ACAMPAR — a cuja Associação se acha ligado o município de Prudentópolis.

Com o presente plano de lei, estamos tentando corrigir a distorção que vem ocorrendo e proporcionando melhores condi-

ções aos municípios de Prudentópolis, no trato dos problemas educacionais junto a Guarapuava, onde atualmente são tratados os demais problemas afetos à administração estadual e federal.

Com isso esperamos contar com o apoio e aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI NÚMERO 65/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir a sede da Inspeção Regional de Ensino do município de Santo Inácio para o município de Colorado.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de junho de 1977.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

JUSTIFICATIVA:

Colorado é a sede da Comarca a qual pertence o município de Santo Inácio. E é, por isso mesmo o centro de irradiação de toda a região, justificando-se assim plenamente a pretendida transferência, razão pela qual esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis. Além do acima exposto, temos a acrescentar, reforçando esta nossa pretensão que ora propomos, que o município de Colorado se destaca como Centro Geográfico dos Municípios da Inspeção que ora se acha sediada em Santo Inácio, possuindo ligação asfáltica, agência do Banco do Estado que efetua o pagamento do professorado daquela região, agência do Banco do Brasil e sediará brevemente o Hospital sub-regional do FUNRURAL.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queremos deixar registrada na ata dos trabalhos de hoje, Sr. Presidente, honraria destinada ao ilustre Deputado Federal, Odilon Túlio Vargas, digno Secretário da Justiça de nosso Estado.

Diz a respeito, a "Gazeta do Povo" de hoje:

"MEDALHA CULTURAL PARA TÚLIO VARGAS.

Por voto unânime da Comissão de Honrarias e Méritos, a Ordem da Solidariedade, entidade paulista registrada no Conselho Federal da Cultura do Ministério da Educação, decidiu outorgar a "Medalha Cultural D. Pedro II", ao Deputado Túlio Vargas, Secretário da Justiça do Paraná. A concessão da honraria foi comunicada oficialmente através do ofício enviado pelo Grão Mestre da Ordem, Milton de Azevedo Chaves.

A entrega ocorrerá em ato solene, às 21 horas do próximo dia 03 de junho, à Rua Maranhão número 983, em São Paulo. A Medalha Cultural, comemorativa ao sesquicentenário do nascimento de D. Pedro II, é concedida aos que se destacam na difusão da cultura e publicação de livros de reconhecido valor histórico".

Como vimos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o ilustre Secretário da Justiça, nosso companheiro, Deputado Federal pela ARENA, Odilon Túlio Vargas, está sendo destacado com esta honraria, o que a nós, desvanece. E nós nos orgulhamos de ter em nosso seio, homem com o gabarito cultural de Túlio Vargas.

Assim, pedindo vênica, Sr. Presidente, gostaríamos que fosse registrada nos Anais desta Casa, esta grande honraria concedida ao eminente escritor paranaense e piraiense, nosso conterrâneo Odilon Túlio Vargas!

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra,

para o Grande Expediente, ao Sr. Deputado Muggiati Filho. — (Ausente).

Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Enéas Faria. — (Ausente).

Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Osvaldo Macedo. — (Ausente).

Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Otássio Pereira. — (Ausente).

Consulto a Liderança do MDB, se deseja ocupar o espaço regimentalmente reservado ao seu Partido.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Declinamos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Consulto a Liderança da ARENA, se deseja ocupar o espaço que regimentalmente lhe é reservado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Declinamos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, constante do expediente. Necessita de apoio.

O SR. LÚCIO MACHADO — (Pela ordem). Sr. Presidente, eu requereria de V. Exa., chamada nominal dos Srs. Deputados, porquanto me parece não haver quorum.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Esta Presidência atende a solicitação de V. Exa. e solicita ao Sr. Primeiro Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados. (É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados.) — (Pausa).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Responderam a chamada 28 Srs. Deputados.

O SR. LÚCIO MACHADO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Salvo engano, Sr. Presidente, responderam a chamada 25 Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência atende e recebe a objeção do eminente Deputado. Solicita dos Srs. Deputados que, por obséquio, tomem os seus lugares no plenário, para que possamos conferir o número regimental para a deliberação.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, apenas para uma observação.

Ou os Deputados confiam na atuação do Sr. Primeiro Secretário ou ficaremos à mercê de baderna. Sabemos perfeitamente que o Sr. Secretário não tem intenção nenhuma de torcer os fatos. Se o Sr. Secretário anotou 28 Srs. Deputados. Então, o Sr. Secretário merece fé e nós queremos dar nosso apoio ao Sr. Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência adotará uma outra medida: — Solicita do Primeiro Secretário, faça a chamada nominal dos Srs. Deputados que responderam à chamada, a fim de que possamos dirimir a dúvida levantada pelo Sr. Deputado.

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Realiza a chamada nominal dos Srs. Deputados que responderam à chamada anterior).

Sr. Presidente, chamados somente os que responderam à chamada anterior, constatou-se a presença de 29 Srs. Deputados, porque chegou, após a primeira chamada, o Sr. Deputado Aragão de Mattos Leão.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Há número para deliberação.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, constante do expediente. — Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Aragão de Mattos Leão, constante do expediente. — Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 08/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem do Poder Executivo número 56/77, ex-Proposição número 116/77, aprova termos de convênio e termo Aditivo, de 30 e 31 de agosto de 1976, respectivamente, celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Educação e Cultura e o município de Apucarana, objetivando prestar assistência técnica e financeira, com vistas à melhoria da rede municipal de ensino de primeiro grau. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por maioria e FAVORÁVEL da CF., e CIPI, por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 08/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Ficam aprovados os termos do Convênio e Termo Aditivo, de 30 e 31 de agosto de 1976, respectivamente, celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Educação e Cultura e o município de Apucarana, objetivando prestar assistência técnica e financeira, com vistas à melhoria da rede municipal de ensino de primeiro grau.

Art. 2º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 06 de abril de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

MAURÍCIO FRUET — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição número 116/77

1 — O objeto da presente resolução, oriunda da Mensagem Governamental número 56/77, de 09 de março de 1977, é referendar o conteúdo do Convênio e de Termo Aditivo celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Educação e Cultura e o município de Apucarana, de 30 e 31 de agosto de 1976, respectivamente, os quais tem por fim prestar assistência técnica e financeira, com vistas à melhoria da rede municipal de ensino de primeiro grau.

2 — A medida proposta tem respaldo constitucional e legal, razão porque não há reparos a fazer.

Quanto a sua oportunidade, convence-nos a justificativa que acompanha a Mensagem.

3 — Em face de tais argumentos, somos pela APROVAÇÃO da matéria em exame, obedecido, no entanto, o projeto de resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06 de abril de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

MAURÍCIO FRUET — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Resolução número 08/77

O presente projeto de resolução, tem por finalidade o referendo desta Assembléia ao convênio celebrado nos termos do Art. 47, inciso IX da Constituição do Estado, entre o Governo do Estado e o município de APUCARANA.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, apreciando a matéria opinou favoravelmente arguindo a competência do Executivo na celebração de convênios, com o referendo desta Assembléia.

Quando à competência desta Comissão de Finanças para opinar, restrita ao aspecto financeiro verificamos que o convê-

nio está em condições de merecer a aprovação desta Assembléia.

Pela sua aprovação é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 03 de maio de 1977.

(aa) JOÃO FADEL — Presidente
GABRIEL SAMPAIO — Relator

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Parecer ao Projeto de Resolução número 08/77

O projeto de Resolução em tela, visa o referendo desta Assembléia Legislativa, ao termo de convênio celebrado, com base no art. 47, inciso IX da Constituição do Estado, entre o Governo do Estado e o município de Apucarana.

Sobre a matéria há houve o pronunciamento das doulas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, opinando favoravelmente.

Quando a apreciação por esta Comissão de Instrução Pública, temos que a matéria, objeto do convênio celebrado, tende aos interesses da Educação em nosso Estado, razão pela qual opinamos pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20 de maio de 1977.

(aa) WERNER WANDERER — Presidente
EDILSON ALENCAR — Relator

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni — Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Governador do Estado, solicitando autorização no sentido de que o Doutor Octávio Cesário Pereira Júnior, Vice-Governador do Estado, possa ausentar-se do país, no período compreendido entre 08 e 14 de junho próximo, a fim de representar o Governo do Estado nas solenidades de inauguração das novas instalações da sede do Banco do Brasil em Buenos Aires, Argentina. — Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, no sentido de que seja determinado ao Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Loanda, a imediata efetivação do competente registro da propriedade denominada Fazenda Cubatão.

A Presidência, tendo dúvidas quanto ao poder que tem a Assembléia Legislativa de impor vontade ao chefe de outro poder constituído do Estado, encaminha o presente requerimento à Comissão de Constituição e Justiça, para que diga do procedimento a ser adotado. — À CCJ. para opinar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando regime de urgência para a Proposição número 21/77. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., no sentido de que determine a instalação de uma agência do referido órgão de crédito, no distrito de Sante Tereza, em Cascavel. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que seja determinado a ligação asfáltica da Estrada Vila Nova até encontrar a Estrada Toledo-Assis Chateaubriand. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerra a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 03, sexta-feira, à hora regimental, com Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 316/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 3301, de 20 de abril de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

exonerar a pedido MAURO RODRIGUES DE CARVALHO, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado Jayme Rodrigues de Carvalho.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de maio de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 317/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 3301, de 20 de abril de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

prover em Comissão VÂNIA GONZAGA DE OLIVEIRA, no cargo de símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, do Deputado Jayme Rodrigues de Carvalho.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de maio de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 318/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1242, 08 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a MARILU FANCHER BECKER, matrícula número 438, ocupante do cargo de nível PL "29", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, a partir de 18 de fevereiro de 1977, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de maio de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 319/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1412, de 11 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a LUIZ CARLOS MONTEIRO, matrícula número 161, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, a partir de 01 de setembro de 1976, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de maio de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI

Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA

1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 320/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1180, de 07 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de NELSON AUGUSTO ARAÚJO, matrícula número 501, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro decênio, compreendido entre 30 de janeiro de 1963 e igual data de 1973;

II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei, a partir de 30 de julho de 1976, data em que, em razão da incorporação correspondente ao primeiro decênio, completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de maio de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 321/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2688, de 05 de abril de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, nos termos do parágrafo único do Art. 247, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, a OLGA MARIA ROCHA ATHAYDE, matrícula número 295, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, três (03) meses de licença especial, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio compreendido entre 28 de maio de 1972 e 28 de julho de 1976, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo quinquênio e das férias referentes aos anos de 1972 e 1973, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de maio de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 322/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 563, de 03 de fevereiro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

prorrogar o prazo estabelecido pelo Decreto Legislativo número 680/76, para assegurar ao funcionário ORLANDO NADALIN, do Poder Executivo, à disposição desta Assembléia, pelo tempo em que se encontra, prestando serviços a este Poder, executando trabalho de natureza especial, com risco de vida ou saúde, a gratificação no valor de um terço (1/3) dos seus vencimentos, nos termos do disposto no Art. 172, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, combinado com o estabelecido pelo Decreto número 14.177, de 19 de fevereiro de 1964, que regulamenta a matéria.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de maio de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISTÓMO DA SILVA

1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 323/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2329, de 30 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de SÍLVIO SEBASTIANI, matrícula número 466, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias referentes aos anos de 1975 e 1976, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da citada Lei número 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 28 de setembro de 1969 e 28 de setembro de 1973, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro decênio; e,

III — conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da Lei antes referida, a partir de 21 de agosto de 1976, data em que, em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio e das férias referentes ao ano de 1975, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de maio de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI

Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA

1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 324/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 453, de 27 de janeiro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de IBANEZA MENDES DOS SANTOS, matrícula número 122, ocupante do cargo de Auxiliar Técnico, nível PL "26", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias referentes aos anos de 1975 e 1976, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da citada Lei número 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio, compreendido entre 07 de janeiro de 1967 e 07 de maio de 1971, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio e das férias relativas ao ano de 1967, contadas em dobro; e,

III — conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da Lei antes invocada, a partir de 17 de outubro de 1974, data em que, em razão da incorporação correspondente ao segundo quinquênio, completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de maio de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA

1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 325/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 800, de 17/02/77, deste Poder,

R E S O L V E:

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei 6174, de 16/11/1970, ao acervo de serviço público de MARIA DO CARMO DE OLIVEIRA, mat. 274, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o sexto quinquênio compreendido entre 01 de maio de 1973 e 01 de março de 1977, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quinto quinquênio e das férias referentes aos anos de 1973, 1974, 1975 e 1976, contadas em dobro; e, II - conceder o adicional de cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da mesma Lei, a partir de 08 de março de 1977, data em que completou trinta (30) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 10 de maio de 1977.

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 326/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 3202, de 18 de abril de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

atribuir aos funcionários componentes da Comissão de Abertura e Julgamento de Licitações — CAJL, ISRAEL DINIS, mat. 069, LÓRIS CORDEIRO DE BARROS, mat. 128, JOSÉ ARY NASSIFF, mat. 272, LUIZ FERNANDO MALHEIROS CARNEIRO, mat. 129 e VALTER ANTÔNIO MARCHIORATO, mat. 366, a gratificação de função símbolo F-2, conforme o disposto no Art. 4o. do Decreto Legislativo 159/77, de 30 de março de 1977, a partir de 25 de abril de 1977.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 10 de maio de 1977.

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 327/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1633, de 17 de março de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder, nos termos do parágrafo único, do Art. 247, da Lei 6174, de 16/11/70, a JOSÉ TARQUINIO ISFER, mat. 126, ocupante do cargo de Auxiliar Técnico, nível PL "28", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, três (03) meses de licença especial em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro quinquênio vencido em 10 de março de 1967.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 12 de maio de 1977.

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 328/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2854, de 11 de abril de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150,

da Lei 6174, de 16/11/70, alterado pelo Art. 2o. da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ANTÔNIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN, mat. 096, ocupante do cargo de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1976, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 11 de maio de 1977.

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 329/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 2979, de 13 de abril de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16/11/70, alterado pelo Art. 2o. da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ANTÔNIO GARCIA, mat. 020, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1976, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 11 de maio de 1977.

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 330/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 3236, de 19 de abril de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16/11/1970, alterado pelo Artigo 2o. da Lei 6742, de 03/12/75, em favor de IRACY DA SILVA RUDNIK, mat. 203, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 11 de maio de 1977

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 331/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1445, de 14 de março de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2o., da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de LUPERCINA ROCHA CONTE, mat. 051, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos exercícios de 1975 e 1976, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 11 de maio de 1977.

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário